

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Gostaria de pedir aos deputados presentes e a todos que nos acompanham aqui nas galerias para que fizéssemos um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-presidente da Fiesc, sr. Alcântaro Correa, que aos 71 anos foi vítima, nesta madrugada, de um acidente, na BR-101, na altura de Porto belo, quando se chocou contra um cavalo.

Portanto, esta Casa tinha, como sempre, e ainda tem um bom relacionamento com a Fiesc e também com o agora falecido Alcântaro Corrêa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero registrar que também faleceu prematuramente, nesta madrugada, em Tubarão, o suplente de vereador, do PSD, conhecido como Luizinho da refrigeração, um jovem empreendedor, com menos de 50 anos. Tinha boa saúde ao que se sabia, mas infelizmente um enfarte fulminante tirou-o do nosso convívio. Por isso quero também incluir a solidariedade desta Casa e as condolências aos familiares do Luiz da refrigeração, de Tubarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Vamos fazer um minuto de silêncio.

(Procede-se ao minuto de silêncio.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero me juntar às condolências do deputado Joares Ponticelli ao amigo Luizinho que nos deixou. Tive a oportunidade de conhecer a comunidade terapêutica que ele voluntariamente conduzia, além da sua atividade profissional. Ele fazia um trabalho social fantástico, em Tubarão.

Queremos registrar os nossos sentimentos à família do suplente de vereador, Luizinho, de Tubarão. E também claro ao nosso amigo, colega, um exemplo de empresário, Alcântaro Corrêa, uma figura proeminente na cidade de Blumenau e em toda região de Santa Catarina, que já foi presidente da Fiesc. Alcântaro tinha uma postura extremamente firme, às vezes até um tanto quanto intransigente, mas extremamente ética. Ele conduziu muito profissionalmente a área de cirurgia na cidade de Blumenau, especialmente algumas empresas que ele

teve oportunidade de presidir nesse ramo. Enfim, sempre trouxe grandes contribuições para a cidade de Blumenau e toda Santa Catarina.

A luta pela duplicação da BR-101, da BR-470 e tantas outras conquistas sempre foram pauta do Alcântaro Corrêa que, como já foi dito, nos deixou nesta madrugada, num acidente automobilístico, na BR-101, no município de Porto Belo.

Fica o nosso sentimento à família do Alcântaro, de Blumenau, e do Luizinho, de Tubarão.

Lamentavelmente, também temos que registrar, sr. presidente, permitam um paralelo, outra morte, mas agora do ponto de vista empresarial. Lá se foi a nossa Sulfabril. Uma das empresas que fizeram nome em Santa Catarina, no Brasil, e que há 15 anos vinha tentando se reerguer como massa falida, com uma dívida de quase R\$ 15 milhões. Mas infelizmente fechou as portas ontem, com a demissão de 600 funcionários. Triste para Blumenau, para o vale de Itajaí, para o estado de Santa Catarina e para o Brasil não somente do ponto de vista econômico, mas também por tudo que ela representou. Mas não mais suportando a carga da dívida, dos débitos trabalhistas, definitivamente fechou suas portas, ontem.

Fica aqui o nosso lamento e a nossa disposição em acompanhar essas famílias, para que possam reconstruir a caminhada profissional na área têxtil.

Recebi nesta manhã, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, representantes do Proerd de Santa Catarina, para uma rápida radiografia do programa no estado de Santa Catarina, e fiquei extremamente animado com os números que me repassaram.

Em 2014, tivemos 84 mil alunos da rede pública estadual, municipal e inclusive de algumas escolas particulares, todos eles da 5ª série do Ensino Fundamental, que passaram pelo Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas. Um modelo que foi de certa forma copiado dos Estados Unidos, mas adaptado, adequado e muito bem trabalhado em Santa Catarina e em alguns outros estados, que tem

feito a cabeça, por assim dizer, dos nossos adolescentes, para que fiquem longe das drogas.

Nesses últimos 15 anos são mais de dez milhões de catarinenses que passaram pelo Proerd, e especificamente estamos fechando o ano de 2014 com essa contabilidade de 84 mil alunos da 5ª série, em 256 municípios catarinenses.

Parabéns à Polícia Militar, parabéns aos nossos monitores do Proerd. E alguns municípios sabemos que até gostariam de ter o Proerd, mas não têm por falta efetivamente de policiais que estejam dispostos. Nós temos municípios com dois policiais, e se um deles for dar o Proerd, a cidade fica sem a devida proteção.

Então, quero reconhecer aqui o trabalho do Proerd, parabenizar por mais esse número e pela meta alcançada agora no ano de 2014, com 84 mil alunos, deputado Gilmar Knaesel, na 5ª série, em 250 municípios, neste ano.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Muito obrigado pelo aparte. Apenas quero me solidarizar com o seu pronunciamento no que diz respeito à nossa Sulfabril que é uma perda para Blumenau, para Santa Catarina, para o Brasil, que ao longo de tantos anos elevou a marca, o trabalho que a empresa ofereceu a tantos blumenauenses, catarinenses. É uma perda irreparável.

Ao mesmo tempo v.exa. também faz referência ao dr. Alcântaro Corrêa, de quem tive o privilégio de ser amigo pessoal, de conhecer a sua história. Ele começou como estafeta, na Eletro Aço Altona, aonde chegou à Presidência, depois à Presidência da Fiesc e, acima de tudo, um empresário de visão, voltado para a área social.

Santa Catarina perde um grande catarinense. E para nós de Blumenau, da nossa região, ele foi um grande amigo e grande parceiro. Então, gostaria de me solidarizar com o seu pronunciamento, cumprimentá-lo e lamentar a perda desse ilustre catarinense.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel. E somo ao meu rápido e breve pronunciamento desta tarde os seus sentimentos pelo Alcântaro, de Blumenau, pelo Luizinho, de Tubarão, e pela infelizmente nossa Sulfabril, marca nacional que fecha, pelo menos do ponto de vista jurídico, as suas portas, com 600 demissões.

Mas a notícia positiva a alvissareira que trago nesse rápido discurso é o número que recebemos do Proerd, nesta manhã. São 84 mil alunos em 2014 que passaram pela sala de aula com essas instruções, resgatando valores e protegendo a nossa juventude da dependência química.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Ismael, parabenizo v.exa., por seu pronunciamento.

Quero dizer também que o Proerd faz um grande trabalho em nível de mundo. É um exemplo de trabalho na prevenção e no combate às drogas. E entendo que devemos começar cada vez mais cedo nas escolas, na família, esse trabalho de prevenção às drogas.

Ao mesmo tempo parabenizo v.exa. pelo trabalho na comissão Permanente de Combate às Drogas. AS entidades hoje estão conveniadas com o governo do estado, mostrando que Santa Catarina realmente está na vanguarda dessa questão, tanto pelo Proerd, na prevenção, com trabalho nas escolas, como no de apoio àquele que foi vítima das drogas e às suas famílias, um trabalho que v.exa. conduz muito bem aqui, na Assembleia Legislativa.

Então, parabenizo o Proerd e esse trabalho realizado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. De fato continuaremos aqui com o nosso *slogan*, o nosso mote de caminhada por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - De fato daria para ficarmos falando, por bastante tempo, ainda, até esgotar aquilo que sentimos necessidade de dialogar com o conjunto da população, até porque boa parte dos assuntos, a meu ver, de interesse da maioria da sociedade infelizmente ficam ausentes da reflexão ou exposição através dos grandes meios de comunicação. E ficam ausentes também dos debates nos Parlamentos. Se o assunto entra na pauta, não entra com o enfoque necessário, e as questões importantes, a meu ver, muitas vezes, até as centrais, as questões principais sobre cada assunto da pauta não são colocados para reflexão. E os Parlamentos também têm silenciado Brasil afora e aqui também, na sua tarefa de trazer à reflexão os assuntos mais importantes de interesse da maioria da população brasileira e mundial, da classe trabalhadora em geral.

Quero inicialmente parabenizar e elogiar o trabalho feito pelo deputado Ismael dos Santos na prevenção e combate às drogas e o seu enfoque nesta tribuna sobre o programa de resistência às drogas, que é organizado pela Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

O uso muitas vezes leva também à participação na sua comercialização, mesmo em pequena escala, mas de qualquer forma com grande perigo para a sua vida e para a vida da família, para a sua estabilidade física, emocional e jurídica e da família inteira.

Esse trabalho é feito e tem o aplauso do conjunto da sociedade. Também é sempre solicitado pelas famílias, pelas escolas, pela comunidade, para que seja ampliado, como bem falou v.exa., inclusive para séries mais avançadas, não só para as sextas séries, quando ainda estamos falando em crianças, mas posteriormente também, quando a criança já está na adolescência, que tenha esse processo continuado até um período mais avançado na vida dessas pessoas ou do conjunto das novas

gerações, para que resistam melhor às tentações das drogas.

Quero parabenizar v.exa. que através da comissão tem feito um excelente trabalho, nos últimos anos, nesta Assembleia Legislativa. E por certo vai continuar.

Quero parabenizar também as centenas de policiais militares de Santa Catarina, homens e mulheres que se empolgam com isso, e é preciso dizer que são apaixonados por aquilo que fazem.

Os policiais militares que trabalham no Proerd, são policiais militares que trabalham mais do que a jornada de trabalho normal, não reclamam, estão sempre empolgados e deslocando-se para mais uma aula, para mais uma luta, uma jornada de prevenção e combate às drogas. Quero parabenizar a todos e a instituição também.

Mas quero falar dos assuntos ausentes ou daqueles que gostaria de ter falado mais, ou de falar com mais profundidade e com melhor preparo.

É preciso dizer e reconhecer, deputado Kennedy Nunes, que não se fala só por falta de tempo, não falamos às vezes de forma suficiente também por falta de conhecimento, e aí, como parlamentar na penúltima semana legislativa do segundo mandato, sentimos que devemos conhecer mais, aprender mais e estudar mais, também estar mais preparado para poder fazer esse debate, e eu diria que é um combate, porque também é um combate de classe, de defesa do conjunto das classes trabalhadoras do nosso país.

A notícia da semana passada era boa, pois a expectativa de vida do povo brasileiro aumentou para mais de 74 anos, segundo o último censo. É evidente que é uma notícia boa. Mas todas as notícias desse crescimento, desse aumento da expectativa de vida do povo brasileiro, vêm acompanhadas da seguinte matéria: Isso é bom, mas traz problema para o sistema previdenciário brasileiro, que é deficitário. Então, a boa notícia vira uma péssima notícia. Por quê? Informava-se que isso faz com que aumente o rombo no sistema previdenciário brasileiro. E até aí parece razoável, normal e correto falar. O que se

deixou de falar é que essa deficiência, essa insuficiência do sistema previdenciário brasileiro, tem sido construída de forma científica, planejada, pelos governos brasileiros nos últimos 20 anos, e sem exceção, incluindo o governo atual que tem à frente o Partido dos Trabalhadores.

O rombo na Previdência é uma mentira, deputado Silvio Dreveck. Na verdade, a Constituição Brasileira nunca foi cumprida no que tange ao sistema previdenciário, e os recursos que deveriam ter sido colocados, depositados na conta da previdência pública, conforme determina a Constituição, partes deles nunca o foram, porque se fosse feito dessa forma o sistema previdenciário seria superavitário ou teria sido superavitário até recentemente. Por quê?

Para piorar a situação, há um dois anos, não fui buscar a informação de data, a presidenta Dilma Rousseff - eu já falei sobre isso nesta tribuna -, num plano chamado de Brasil Maior, que eu diria que é menor, na verdade é menor, dentre outras várias medidas para ajudar e atender aos interesses dos monopólios privados, determinou que esses monopólios, incluindo a indústria automobilística - começou com a indústria automobilística, mas depois esprou para diversos outros setores do grande capital - não precisarão mais pagar a sua contrapartida previdenciária.

Todo mundo aqui sabe que o empregador, que o empregado, todo o trabalhador paga 11%, descontados no seu salário, que deve ir, pelo menos, a um depósito para a Previdência, e o empregador, seja o patrão privado ou o estado, Poder Público, deposita os outros 11%. Isto está na Constituição, é lei! Isso deveria ter sido cumprido sempre, pois a presidenta disse que as grandes empresas, os monopólios não precisam mais pagar a sua parte.

É evidente que com o atentado contra a Previdência Pública ela, se não era, e não era, se torna deficitária, jogando na incerteza quanto ao futuro à imensa maioria do povo trabalhador brasileiro, salvando apenas aqueles poucos

privilegiados que podem pagar uma previdência complementar, que é organizada por uma instituição privada. Então, alguns poucos privilegiados, incluindo deputados e outros, estarão salvos. A maioria do povo brasileiro não estará.

Este também é um assunto que precisaria, e vai continuar precisando, ser mais discutido. O assunto Previdência Pública, o que os governos têm feito com ela ao longo da história e o que está sendo feito agora é um assunto, sim, que merece maior debate do conjunto das classes trabalhadoras, que merece maior debate nas tribunas dos Poderes Legislativos, para que haja um enfrentamento diferente daquilo que tem sido dado pelos governos em geral em benefício dos grandes empresários e em prejuízo das classes trabalhadoras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado.

Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do ex-deputado Ivan Ranzolin.

Seja bem-vindo em nosso Poder.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

A deputada Angela Albino fará uso da palavra, por até cinco minutos, pelo PCdoB. Logo depois será o PSD.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu quero muito fazer uso da palavra, mas nós marcamos um ato aqui, porque no meu tempo assomarei à tribuna para falar sobre a agressão que a deputada Maria do Rosário recebeu do deputado Jair Bolsonaro, na Câmara dos Deputados. Nós preparamos um vídeo, algumas pessoas virão para cá, o JS feminista, e nós marcamos exatamente para as 15h. Peço a v.exa. que mantenha o meu nome, inclusive o deputado Maurício Eskudlark teve a gentileza de me ceder alguns minutos do PSD para eu poder falar.

Então, se v.exa. pudesse manter para as 15h, para mim seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada Ana Paula Lima, o próximo partido será o PT. Já que ele vai ceder o espaço, v.exa. poderá fazer uso da palavra pelo tempo de até dez minutos e logo depois a deputada Angela Albino ficará com a palavra.

Portanto, com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de utilizar um pouquinho também do horário do PMDB ou do PSDB, se não utilizarem este espaço, até porque o assunto da deputada Angela Albino também vai ser tema de uma moção que estamos preparando devido às agressões feitas por um deputado federal. E também vou me ater a esse tema mais tarde.

Mas falando no horário dos Partidos Políticos e do PT, quero, de forma especial, cumprimentar todos e todas que estão nos acompanhando pela TVAL e também pela Rádio Alesc e fazer uma análise neste momento, srs. deputados e sras. deputadas, do que tem acontecido em nosso país, do medo, da intolerância, da arrogância de alguns que vêm se manifestar.

(Passa a ler.)

"Os chamados movimentos utópicos que pretendiam criar uma sociedade mais livre e igualitária começaram no século XIX, com a Revolução Francesa. Prosseguiram no século XX, com o marxismo e a promessa de uma sociedade igualitária com a Revolução Soviética.

Contudo, esse sonho acabou no final do século XX e, se quisermos definir hoje, é um momento repleto de simbologia histórica, como a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética e a ascensão da Rússia. A partir daí, vem predominando o individualismo escrachado com a tríade: desregulamentação, privatização e globalização.

Na visão neoliberal, sras. deputadas e srs. deputados, a sociedade não existe, só as pessoas, os indivíduos; o estado não intervém, funciona como defensor da dimensão econômica apenas.

Até na China comunista, senhoras e senhores, o comunismo é cada vez mais remoto, enquanto os neocapitalistas enriquecem à sombra do estado. Enfim, o modelo de estado comunista não existe mais, ou melhor, existe, sim, só nos delírios da ultradireita, das pessoas que ainda acreditam nisso. Não existe o estado comunista, existe, sim, um anticomunismo que resiste. E insisto em falar isso.

A coisa é tão esquizofrênica, senhores, que qualquer medida do governo popular no Brasil em favor dos menos favorecidos é tachada de 'comunista' ou 'bolivariana,' deputada Angela Albino,". Qualquer medida do governo da presidenta Dilma Rousseff ou do presidente Lula é tachada comunista e bolivariana, uma vez que são medidas de as pessoas acessarem os recursos.

"Simon Bolívar pretendia apenas a promoção da educação pública gratuita e obrigatória e o repúdio à intromissão estrangeira nas nações americanas e a dominação econômica." Era só isso que queria Simon Bolívar.

"Cômico, se não fosse trágico, é que os mesmos que denunciam um pretense 'bolivarianismo' na América Latina aplaudem o governo da Suécia, de fato, um exemplo de estado de bem-estar social.

Há um verdadeiro terrorismo de distorção conceitual e de informações, mediante um autêntico processo de canibalização de ideias. Liberdade, por exemplo, passou a ter um significado economicista - é a liberdade do mais rico subjugar o mais vulnerável, economicamente falando." Essa é a liberdade que eles defendem.

"Cegos por uma visão egocêntrica da vida, valem-se de um anticomunismo extemporâneo para criarem um inimigo imaginário ao seu regime". E tenho ouvido falar que o Brasil vai virar Bolívia, que o Brasil vai virar Cuba, que aqui vai se constituir o comunismo. Minha mãe e algumas amigas dela estavam preocupadas com isso, e uma delas falou que o comunismo já existe há muito tempo. Jesus Cristo pregava isso quando dividia os pães.

Que medo é esse? Que medo tem o povo brasileiro e de Santa Catarina sobre isso? Só queremos que as pessoas tenham direito e acesso às coisas que todo mundo tem. Afinal, passamos por essa vida e daqui não se leva ouro, daqui ninguém leva dinheiro, daqui ninguém leva terra, somos apenas matéria, daqui a pouco viramos pó e livramo-nos disso tudo.

(Continua lendo.)

"Dessa forma, também algumas pessoas pretendem reanimar o medo ao comunismo para justificar sua incapacidade para o convívio plural e democrático.

Temos testemunhado os discursos raivosos da oposição à presidenta Dilma, capitaneados pelos derrotados do PSDB. Chegam às raias de defender a volta da ditadura, destilando preconceitos e colocando em xeque o desenvolvimento do Brasil e de sua democracia."

Não queremos voltar àqueles tempos quando não havia liberdade e não tínhamos direitos. E hoje, inclusive, vai ter uma sessão nesta Casa, em homenagem, e alguns minutos de reflexão, àqueles pessoas que passaram por esse regime, que foram presas, torturadas, assim como a nossa presidenta Dilma.

(Continua lendo.)

"Nenhum governo, na sua história, combateu mais a corrupção do que a presidenta Dilma

Rousseff. E fez isso com coragem e determinação, modificando a legislação e garantindo a punição, inclusive dos corruptores. Porque tem que haver punição para o corrupto e para o corruptor.

Quando é que vocês imaginariam megaempresários na cadeia? Somente agora.

Como disse ontem a presidenta Dilma, no Dia Internacional de Combate à Corrupção: 'entre 2003 e 2014, as demissões e destituições punitivas de servidores passaram de cinco mil, e as operações da Polícia Federal saltaram de 48, no período tucano, para 2.226 entre 2003 e maio de 2014', assim como a liberdade para a Polícia Federal atuar, que antes não existia. Ela defendeu ainda a reforma política, com o fim do financiamento privado para políticos.

Apesar dessa oposição raivosa e doentia, o governo do PT e de seus aliados consegue fazer políticas sociais avançadas. Embora a crise internacional esteja presente, estamos diminuindo o número de miseráveis no nosso país; o salário mínimo multiplicou algumas vezes; as taxas de emprego nunca foram tão altas; a massa dos pobres está sumindo devagarinho.

Na verdade, se o PIB é 'pibinho', qual é o problema? O problema é ter emprego. As conquistas constituem a realidade do nosso povo e não a fantasia mitológica de um desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Não se trata de utopia, trata-se de praticar um governo em que o socialismo não é confundido com estatização, mas como socialização da política. Socialismo que defende a ideia de construir formas de propriedade privada e de propriedade estatal e de cooperativas. Trata-se de estabelecer mecanismos de regulação estatal, de modo a direcionar o crescimento da economia em benefício da maioria.

Temos preocupação com o meio ambiente de forma estratégica, para o desenvolvimento em harmonia, com a sobrevivência do mundo. É isso que defendemos.

Pretendemos a socialização do conhecimento para diminuir o fosso que separa os privilegiados

dos excluídos. Nós temos que dar condições ao nosso povo.

Entendemos que a comunicação constitui um bem público e como tal deve garantir a liberdade de imprensa, com a adoção de mecanismos combinados de comunicação pública, privada e comunitária.

Acreditamos na diversidade étnico-religiosa e queremos contribuir para a paz mundial, que passa pela paz individual e na família, paz que viabiliza o diálogo, que incentiva o debate em torno das ideias, sem combater o pensador.

Há muito que fazer, mas a convicção de que estamos com a maioria que mais uma vez se expressou nas urnas nos leva adiante."

A nossa luta continua, constante, oportunizando a todos a garantia de bens de consumo, de uma vida melhor, de uma sociedade igualitária, sem medo, sem arrogância, e sempre com a liberdade de expressão das pessoas.

Era isso, sr. presidente, dentro do horário do nosso partido, diante de tantos temas que temos a explicar. Essa é a nossa contribuição no dia de hoje. E vou me ater a responder as provocações do deputado Jair Bolsonaro, juntamente com a deputada Angela Albino, nessa mesma sessão, mas com horário reservado para isso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Pergunto ao deputado Maurício Eskudlark quantos minutos, ainda, v.exa. vai ceder à deputada Angela Albino, para que possamos computar.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos. E o PSD, depois, fica com sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Primeiramente quero agradecer a generosidade do deputado Maurício Eskudlark que, em nome do PSD, cede

alguns minutos. Mas vou tentar não usar estes cinco minutos, porque o tema é bastante constrangedor.

Quero agradecer ao UJS Feminista que nos acionou, para que nos pronunciássemos, no dia de hoje, acerca de uma postura inaceitável para as mulheres, para a democracia e para os Parlamentos brasileiros, que foi a postura do deputado federal Jair Bolsonaro, do PTB do Rio de Janeiro, que fez em plenário - e é preciso dizer que já tinha feito isso fora do plenário, em 2003 - uma declaração à deputada federal Maria do Rosário: "Não vou estuprar a senhora, porque a senhora não merece".

Hoje, sr. presidente, vou pedir ajuda técnica aqui da Casa para apresentar o vídeo, estarrecedor, para que nós vejamos, para que saibamos, para que nós nunca mais permitamos que isso aconteça. Isso foi no último dia 9 de dezembro.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Agradeço à assessoria do gabinete que preparou este vídeo.

Vejam que em 2003 a deputada federal Maria do Rosário mencionou que a postura dele incentivava a violência, e ele respondeu para ela: "A senhora está me chamando de estuprador e não estupro a senhora, porque a senhora não merece." Desqualificou-a duplamente. Em 2003, ele empurrou a deputada e chamou-a de vagabunda. Vagabunda foi o adjetivo que usaram para a Vanessa Grazziotin, deputada federal do PCdoB, do Amazonas, nascida aqui em Videira, também no Parlamento quando estavam discutindo o ajuste fiscal.

Nós estamos propondo uma moção de repúdio a este deputado pela sua fala machista, preconceituosa, grosseira, desrespeitosa, que quebra o decoro parlamentar.

Novamente agradeço ao UJS Feminista, à UBM Nacional, com a presença da Raquel Ghizone. E quero mencionar que não podemos, em nome da democracia e das mulheres, permitir que isso se qualifique como liberdade de expressão. Essa tragédia, que é o deputado Jair Bolsonaro, achou um nicho eleitoral, que é, entre outras coisas,

ser homofóbico, machista e desqualificador de mulheres. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina não pode e não vai ficar silenciosa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada, quero cumprimentá-la pelo assunto que traz. Ficamos estarecidos com o que houve. O nosso partido está fazendo também uma moção de repúdio. Acho que o partido dele deve tomar uma decisão também.

Não é possível convivermos com esse tipo de pessoa dentro do Parlamento brasileiro. Conte com o nosso apoio. Vamos estar juntos nessa luta e vamos sugerir à Comissão de Ética que esse tipo de deputado seja expulso do Parlamento.

Essa é uma coisa atrasada. Essa forma de se dirigir às mulheres é da época da ditadura. As mulheres deste país precisam ser respeitadas, porque hoje inclusive conquistaram o direito de ter uma presidenta da República.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Parabéns, deputada, por trazer à tona esse assunto. Esta Casa não vai ficar silenciosa. Vamos aprovar uma moção sobre esse tema, e é difícil até qualificar uma pessoa como o Jair Bolsonaro.

Já naquela época esta Casa se pronunciou sobre o assunto. Mas agora ele falou da tribuna, e isso é muito grave. A bancada do Partido dos Trabalhadores do Congresso Nacional está entrando, sim, na Comissão de Ética contra este parlamentar que não representa brasileiros e brasileiras com uma conduta como essa. As pessoas foram eleitas para ter um comportamento exemplar naquilo que representam. Então, condenamos a atitude do Jair Bolsonaro pela segunda vez. Ele fez essa afirmação na tribuna, e o Congresso tem que se posicionar para expulsá-lo, pois é desqualificado para exercer o mandato.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada, quero parabenizá-la por fazer esse debate. Somamo-nos à sua vontade. O deputado federal Jair Bolsonaro é militar, e este deputado, como militar, gostaria de dizer que não acredito que a maioria dos militares brasileiros pense dessa forma. Se muitos pensam, quero dizer que, da parte deste deputado e da maioria dos de Santa Catarina que conheço, é um absurdo esse tipo de postura e precisa ser combatida pelo estado democrático de direito, pela sociedade sã de consciência.

Parabéns pelo pronunciamento. É impossível continuarmos tendo um parlamentar com esse tipo de visão e postura.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero lembrar que ele se pronunciou da tribuna da Câmara Federal da República Federativa do Brasil. Não podemos aceitar isso como se fosse um embate de ideias. É muito grave. Como podemos conceber, com os princípios que regem a nossa pátria, inscritos na Constituição, que use a tribuna para falar o que disse durante especificamente 16 dias de ativismo de defesa dos direitos humanos?

Por fim, considero que uma coincidência reforça a nossa obrigação de tratar de um assunto. Amanhã teremos uma audiência pública com o objetivo de debater a criação da secretaria Estadual e Políticas para as Mulheres no âmbito da administração pública do estado de Santa Catarina, às 18h, no plenarinho.

Senhores, vivemos um estado de qualidade de vida, mas não para as mulheres. É um estado onde as mulheres têm a maior defasagem salarial entre homens e mulheres. É o estado onde as mulheres estão mais fora do poder político e é o terceiro estado no Brasil em número de estupros.

Os índices maravilhosos que temos de IDH não são para as mulheres. E precisamos discutir política pública para as mulheres, na perspectiva de política de estado, e amanhã às 18h vamos reforçar esse tema.

Novamente, agradeço ao deputado Maurício Eskudlark, em nome do PSD.

Sr. presidente, muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência registra a presença dos acadêmicos da quinta e oitava fase do curso de Fisioterapia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, nosso líder, deputado Darci de Matos, cedemos o tempo pela importância do tema abordado pela deputada.

Quero saudar os estudantes que estão aqui acompanhando esta sessão, nossos amigos de São José, todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Quero repudiar esses atos de violência verbal e também os atos de violência física que são praticados, todos os atos de radicalismo, principalmente as agressões, sejam verbais, sejam físicas, contra as mulheres. As mulheres ainda são fragilizadas. E a Justiça, o estado, a união, os municípios como um todo, não dão a devida assistência em muitas questões.

Eu vi há poucos dias na TV, nessa semana, o noticiário de uma mulher que havia disparado mais de 20 tiros contra seu ex-companheiro. Mas ouvindo a história, vemos quanto a mulher está desprotegida. Ela era vítima constante de agressão, de sequestro, de estupro. Terminou o relacionamento com o ex-companheiro, mas ele voltava a casa, arrebatava o portão, arrebatava a casa, sequestrava, e o clima de pavor, de pânico, tomava conta daquela mulher. Ela comprou uma arma e na próxima investida de agressão acabou atirando, ferindo, matando o seu ex-companheiro.

Vemos que muitas vezes as medidas protetivas que são eficientes no papel na realidade não têm

trazido a devida proteção às mulheres. Portanto, devem ser reestudadas, e a Justiça deve agir com mais rigor, principalmente no caso de violência doméstica, nas relações afetivas, porque essas violências acabam sempre em morte, e 99% em caso de morte da mulher agredida, da mulher vítima.

Também quero parabenizar a aprovação de um projeto iniciado e de autoria do deputado Marcos Vieira, que contou com o apoio da comissão de Constituição e Justiça, na questão da distribuição do ICMS nos municípios que produzem para exportação. Hoje, os municípios produzem, e quem leva 90% do produto da arrecadação do ICMS é o município por onde a exportação é embarcada.

Então, não é justo que municípios do interior do estado, que produzem, que arcam com as dificuldades, com a saúde, com a infraestrutura para milhares de funcionários das empresas, não tenham o retorno de ICMS, que acaba ocorrendo só para o município exportador, ou pelo menos de forma desigual e injusta.

A lei está procurando fazer justiça nessa distribuição.

Nós sabemos que nenhum município quer perder a arrecadação, perder recursos, mas a distribuição tem que ser justa, porque todos os municípios têm a sua necessidade, seja na saúde, na educação, na infraestrutura, então, não é justo que os municípios que bancam tudo isso para a produção econômica do estado depois, na hora de receber o retorno do ICMS, não receba e esse retorno ocorra de forma desproporcional, de forma maior para o município que faz a exportação, que também tem que receber o retorno, mas tem que, sim, haver uma justiça social.

A outra questão que vou abordar é que ontem estive também em casa, no município de Balneário Camboriú, e assisti a uma parte de uma reunião na Câmara de Vereadores. E registro o meu respeito e a minha admiração a todos os vereadores, pelo trabalho que desempenham em prol deste município.

Estive também numa reunião com o vereador Pedro Francês, sempre com a preocupação com a segurança pública e no reforço de efetivo para a

Polícia Civil e para a Militar, com a chegada da Operação Veraneio.

Já estivemos participando de uma reunião no CDL de Balneário Camboriú, com as entidades de classe do município, com as autoridades policiais civis, militares, bombeiros, que estavam expondo o que há de equipamentos, de efetivo e qual a necessidade para dar certo a Operação Veraneio.

Santa Catarina há vários anos tem recebido o título de destino turístico preferido por turista nacional e internacional, porque tem a questão das suas belezas, a questão da infraestrutura, mas tem também a questão da segurança pública que é fundamental para que o estado continue tendo esse destaque e continue recebendo o turista nacional internacional, inclusive o turista do nosso próprio estado, já que na temporada a população de todos os municípios de Santa Catarina se desloca em grande parte para os municípios da nossa área litorânea.

Claro que também há a possibilidade do remanejamento do efetivo para que tenhamos no litoral um efetivo maior.

Outra questão abordada foi a construção do centro de eventos de Balneário Camboriú, que o governador Raimundo Colombo tem determinado que seja objetivo, que a licitação tenha prosseguimento. O edital estava pronto, havia sido preparado, mas por uma exigência da Caixa Econômica Federal para uma adaptação no projeto de construção, o edital precisou então ser suspenso, para serem adaptadas essas exigências, para que efetivamente ocorra e tenhamos então a construção daquele centro de eventos que é muito importante pelo potencial, pelo que representa para Santa Catarina e para Balneário Camboriú.

Sei que o amigo Tigrão está acompanhando. E hoje no Canal 100 deve repercutir essa informação, até porque todos estão esperando aquele projeto. E quando há uma paralisação, uma suspensão do edital, causa algum tipo de frustração. Mas a frustração que neste momento estamos sofrendo é para adaptar melhor o projeto, para que o projeto, depois, não tenha nenhum tipo de paralisação e que

aquela obra tão importante venha a acontecer, porque é importante para Santa Catarina, é importante para Balneário Camboriú.

Então, todos aguardamos que efetivamente seja concretizada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o Partido Progressista, PP.

(Pausa)

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência suspende a sessão até as 16hs, quando teremos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0036/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados e sras. deputadas, esta Presidência comunica que recebeu em plenário uma emenda à redação final a este projeto de lei. Portanto, esta Presidência o retira a votação da redação final e encaminha à comissão de Constituição e Justiça para apreciação da emenda.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0073/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0113/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0114/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0167/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0174/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0188/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0189/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0210/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0219/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0229/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0239/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0307/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0567/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0603/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Nós vamos deixar os vetos para o final da sessão. Se houver quórum qualificado, nós faremos a apreciação dos mesmos.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0190/2014, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que denomina Padre Affonso Robl o Centro de Educação Profissional (Cedup), do município de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Com a palavra o autor do projeto, sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, primeiramente, quero ressaltar a importância desse projeto de lei, além do nome dessa pessoa que foi um padre renomado, foi doutor, foi professor no seminário de Corupá, de Rio Negrinho, de São Bento do Sul e na universidade federal do estado do Paraná, mais precisamente de Curitiba, deu uma grande contribuição, principalmente, na educação. Por outro lado, trata-se de uma escola profissionalizante que vai atender, além de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, toda a região.

Portanto, estamos dando o nome de um padre a uma escola para fazer uma homenagem mais do que justa e merecida a ele, que fez um grande trabalho. Além disso, essa escola vai dar inúmeras oportunidades para jovens formarem-se profissionalmente.

Assim sendo, faço um apelo para que todos votem favoravelmente a este projeto de lei, pois estarão votando em nome da educação e, ao mesmo tempo, a uma pessoa de grande respeito, deputado Nilson Gonçalves. V.Exa. conhece a família Robl, em São Bento do Sul, em Jaraguá do Sul.

Por outro lado, sr. presidente, quero fazer também um pedido aos deputados que se encontram na Casa, para que venham ao plenário, a fim de que possamos apreciar os vetos que são importantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar todas as sras. deputadas, os srs. deputados e corroborar com a manifestação do deputado Silvio Dreveck, no sentido de dizer que temos quatro vetos que estão pautados para o dia de hoje.

Então, gostaríamos de pedir aos srs. deputados e às sras. deputadas para que se façam presentes no plenário, para que possamos, nesta tarde, fazer a votação desses vetos. E não havendo quórum, combinaremos com a liderança de todos os partidos para que na próxima terça-feira façamos um esforço concentrado de todas as bancadas, a fim de votarmos todos esses vetos.

Não foi feito um trabalho de mobilização, sr. presidente, para a presença dos colegas parlamentares, neste momento, no plenário, mas vamos aguardar mais alguns minutos. Caso não haja quórum, gostaria da sua aquiescência no sentido de consultar os srs. líderes para que na próxima terça-feira possamos equacionar essa questão dos quatro vetos que temos que votar este ano. Os vetos, com o término da legislatura, não vão para o arquivamento. Então, temos que votá-los.

Seria isto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Pertinentes as manifestações do líder do governo, deputado Aldo Schneider.

Da mesma forma, intensificamos este apelo a todos os deputados que estão nos gabinetes para

que venham ao plenário, a fim de que possamos deliberar sobre os vetos e, ao mesmo tempo, temos uma lei complementar para ser apreciada na tarde de hoje.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0270/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual da Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Proteção Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0164/2013, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.694, de 2011, que dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL - e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0226/2014, de autoria do deputado Daniel Tozzo, que declara de utilidade pública a Poly Associação Empresarial de Ajuda à Criança e ao Adolescente, de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0299/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública o Instituto Caracol, de Navegantes.

Conta com parecer favorável da comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0002/2014, de autoria do deputado Jailson Lima e outro(s), que dispõe sobre a inclusão de serviço de audiodescrição nos eventos especiais da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0014/2014, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte rodoviário encaminharem a lista de passageiros às delegacias de Polícia do estado de Santa Catarina antes do início de qualquer viagem que vise exclusivamente ao transporte de torcedores para eventos futebolísticos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0082/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que proíbe a concessionária de energia elétrica de efetuar o corte no fornecimento à unidade consumidora habilitada por família que tenha entre seus membros doente, cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos que demandem consumo de energia elétrica e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade, fizemos este projeto baseado numa experiência extremamente desagradável que aconteceu no Ceará, na casa da sra. Ana Cristina da Silva, onde que foi cortada a energia elétrica. E a sra. Ana tinha um respirador que dependia de energia elétrica para funcionar. Por conta desse desligamento da residência dela, ela veio a falecer. Inclusive corre hoje um processo contra o estado.

Então, baseado nisso e em tantas outras experiências que temos conhecimento, elaboramos um projeto, embora simples, mas de grande utilidade, que foi à comissão de Constituição e Justiça e recebeu uma nova roupagem. Achei, inclusive, que ficou melhor. Ficou excelente esse projeto, e nós vimos aprovar em todas as comissões, proibindo as concessionárias, no caso aqui a Celesc, do corte de energia onde exista um doente que dependa da energia elétrica para a sua sobrevivência, no caso, o seu tratamento.

Não impede, de forma alguma, de a Celesc cobrar essa energia, porque a pessoa continua devendo, vai ter que pagar, e estabelece inclusive uma multa no caso de não cumprimento.

Acho que é um projeto simples, mas de grande utilidade para toda a nossa população, principalmente para quem eventualmente venha a ter o problema.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Nilson Gonçalves, autor do projeto de lei, continua em discussão a matéria.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0209/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui o Dia Estadual da Polícia Feminina no estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0297/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos, na rede hospitalar pública e privada, para a mulher gestante, sobre atendimentos emergenciais a crianças de zero a seis anos.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, sras. deputadas, temos algumas matérias *ex officio*, e neste momento passaremos a apreciá-las.

Projeto de Lei n. 284/2014, de autoria do governador do estado, em regime de urgência, data limite 20/12/2014, que altera o art. 1º da Lei n. 16.020, de 2013, que dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único.

Projeto de Lei n. 0258/2014, de autoria do governador do estado, em regime ordinário, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças.

Ao projeto foi acrescentada emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0243/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, em regime ordinário, que dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Economia e da de Saúde.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esses todos que v.exa. está lendo agora são extrapauta, é isso? Tem mais algum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - São extrapauta e temos mais três, deputada Ana Paula Lima. Todos eles de autoria dos parlamentares.

Continua em discussão.

O sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu não poderia deixar de registrar e falar rapidamente sobre a importância deste projeto.

Este projeto está tramitando nesta Casa já há um ano e meio. Um projeto similar a este de autoria do deputado Gilmar Knaesel foi aprovado na legislatura anterior, que posteriormente foi vetado. E debatemos a matéria amplamente, com a Associação dos Oftalmologistas de Santa Catarina, com a Fecomércio, com a FCDL, com os sindicatos. Enfim, realizamos uma audiência pública, e este projeto tem duas vertentes. Uma delas é a preocupação com a saúde pública, porque todos nós temos conhecimento técnico de que óculos de sol vendido na mercearia da esquina ou na praia, sem nenhuma procedência, traz problemas graves à visão. E tem também uma preocupação de combate, que é a pirataria, que é um absurdo neste país.

Então, fico muito satisfeito que este projeto deve ser votado em seguida e aprovado. Vai ser um grande avanço, nesses dois aspectos, para Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Votamos esse projeto do deputado Darci de Matos, mas os outros projetos extrapauta que tiverem peço para que possamos votar amanhã, conforme a ordem que recebemos para votação, até porque tem uns projetos sobre os quais tenho algumas dúvidas e gostaria de dar uma olhada. Então, gostaria que colocassem na Ordem do Dia de amanhã. Pode ser?

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Peço vênica à deputada Ana Paula Lima para que possamos votar o Projeto n. 277, o qual passou na comissão de s.exa. hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Tendo em vista de que precisamos de quórum qualificado, deixamos para terça-feira da semana que vem, se os srs. parlamentares concordarem, até para possibilitar que os parlamentares possam ter acesso em seus gabinetes.

Eu gostaria de até intensificar um pouco. Temos aqui alguns vetos e uns projetos de lei complementares, mas não temos quórum qualificado para serem apreciados, para que possamos definir. Então, poderíamos acordar para terça-feira da semana que vem fazermos a votação desses projetos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria que v.exa. conclamasse os nossos líderes para que assumam um compromisso no sentido de que na próxima terça-feira consigamos colocar quórum em plenário, para, além dos vetos, todos os projetos que temos, neste momento, extrapauta, mas que são importantes para o desenvolvimento do estado.

Então, solicito a v.exa. para que consulte os líderes com essa proposta de na terça-feira que vem efetivamente votemos os projetos e os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Então, gostaria de consultar os líderes de bancada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, fico um pouco preocupado, porque já faz tempo que estamos com dificuldade de quórum. E hoje temos quórum para votar esses projetos.

A minha preocupação é que esses projetos foram todos aprovados nas comissões técnicas, portanto, entendo que poderemos fazer um esforço e aproveitar os deputados presentes aqui hoje, quarta-feira, pois amanhã sabemos que temos dificuldades do quórum. Na próxima semana serão apenas dois dias, e temos que votar muita coisa, até o Orçamento.

Então, é um pouco incompreensível que o projeto venha para cá em extrapauta e não votar, sendo que foi aprovado nas comissões. Assim sendo, deveríamos aproveitar para fazermos uma limpeza de pauta, para não ficarmos aqui na semana que vem com as emendas, os destaques e ainda o Orçamento, com uma sobrecarga na terça e quarta-feira.

Então, pediria que v.exa. os colocasse em pauta, para que pudéssemos votar, aproveitando o quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado, acho que a declaração de v.exa. é pertinente, tendo em vista que teremos uma quantidade enorme de matérias a serem apreciadas na próxima semana. Se for o entendimento de todos os líderes, poderemos rever isso.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, se houver quórum, não vejo por que não votarmos hoje. Peço a verificação de quórum no painel para termos uma noção do número de deputados presentes agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Temos 21 deputados presentes.

Consulto os líderes de bancada se podemos votar os vetos e as matérias da pauta.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Tem a votação do Projeto de Lei Complementar que precisa da presença de 24 deputados.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Poderíamos votar as matérias hoje, neste momento, e no transcorrer da votação, se não houver quórum qualificado, deixaremos para a próxima semana.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Quero sugerir que votemos os projetos que não têm necessidade de votação no painel eletrônico, pois o quórum está muito apertado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Temos que entrar num acordo com relação aos projetos extrapauta. Consulto os líderes sobre essa questão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, respondendo pela bancada do PT, já fizemos o encaminhamento e deliberamos sobre o assunto. Queremos deixar para terça-feira que vem.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, se vamos deixar os vetos, que são prioridade regimentalmente, e os PLCs para a semana que vem, por que vamos votar as matérias

extrapauta hoje, se podem estar na mesma Ordem do Dia da semana que vem? E aí teremos condições de saber perfeitamente o que será votado na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeito. Não houve acordo e, portanto, os projetos e os vetos ficarão para terça-feira da semana que vem. E cada líder estará encarregado de fazer a movimentação necessária para que todos os parlamentares estejam aqui a fim de deliberarmos sobre essas matérias.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0493, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0494, de autoria do deputado Edison Andrino; 0495, 0496, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0497, de autoria da deputada Ângela Albino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, também, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0893/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0894/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0895/2015 de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0896/2014, 0897/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0898/2014 e 0899/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Moção n. 0107/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviada à Presidência da República, apelando pela revogação da Resolução n. 429 do Contran, que trata dos critérios para registro de máquinas agrícolas, com vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Com a permissão do autor, gostaria de subscrever essa moção.

Esse assunto é relevante para os pequenos proprietários, se de fato for consolidada essa alteração do Contran, conforme está previsto, que

vem trazer evidentemente muitos problemas para o nossos agricultores e pecuaristas que se utilizam desses equipamentos, dessas máquinas.

Deputado Dirceu Dresch, v.exa. não é autor, e, sim, o deputado Mauro de Nadal, e ele não está presente. Então, eu gostaria, se houvesse a concordância do autor, deputado Mauro de Nadal, de subscrever sua moção à Presidência da República, exatamente nessa alteração que no nosso entendimento vem complicar muitos os condutores desses veículos, sejam tratores, máquinas e equipamentos.

Assim, fica aqui o nosso apelo para o autor e a v.exa., sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a presença do deputado Mauro de Nadal, fica a solicitação do deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Perfeitamente, deputado e quantos mais que quiserem subscrever, porque vejo que é de extrema importância para a agricultura de nosso país, e de uma forma muito especial Santa Catarina, que seja revista essa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - As sras. deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, Angela Albino e srs. deputados Dirceu Dresch, Padre Pedro Baldissera, Maurício Eskudlark e Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - E fico feliz pela sensibilidade dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 108, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, manifestando repúdio às violações de direitos humanos ocorridas durante

trotes, festas e no cotidiano acadêmico e, simultaneamente, apoiando o afastamento dos envolvidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 109, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, manifestando apoio aos trabalhos da CPI que investigará as denúncias de violações de direitos humanos ocorridas nas universidades públicas e privadas daquele estado, em trotes, festas e no cotidiano acadêmico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 110, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando repúdio à fala do deputado Jair Bolsonaro, proferida no dia 9 de dezembro, em que agride a deputada federal Maria do Rosário.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, para discutir, a deputada Angela Albino, autora da moção.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu já tratei desse assunto mais longamente, hoje, na tribuna, com a presença aqui da JS Feminista, quando detalhamos o motivo e

mostramos o vídeo da fala horrorosa daquele deputado.

Deputada Ana Paula Lima, fico preocupada de no Parlamento do estado de Santa Catarina, numa mesma semana, aprovarmos uma moção de apoio à senadora Vanessa Grazziotin que foi chamada de vagabunda dentro do Congresso Nacional, v.exa. apresentar moção contra as violações dos direitos humanos que acontecem nos trotes da USP e também hoje nós estarmos aqui aprovando uma moção de repúdio à fala de Jair Bolsonaro que disse, textualmente, para a deputada federal Maria do Rosário: não estupro a senhora, porque a senhora não merece.

Então, são tempos difíceis que vivem as mulheres e os direitos humanos no Brasil, exigindo a manifestação dos Parlamentos. Tenho certeza de que terei a solidariedade de todos os parlamentares desta Casa.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada Angela Albino, este deputado pede permissão para poder assinar essa manifestação, essa moção.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, tem uma moção de autoria da bancada do PT, com assinatura do deputado Darci de Matos, do PSD, e também do deputado Sargento Amauri Soares nesse mesmo conteúdo, que é a Moção n. 111. E eu gostaria que fosse também incluída logo em seguida.

Mas quero destacar a gravidade da fala do deputado federal Jair Bolsonaro. Quando ele diz que não estupraria, "porque você não merece", está dizendo que algumas mulheres merecem, deputada Ana Paula Lima.

Essa fala é gravíssima, portanto, a nossa moção de repúdio pede a instalação da comissão de Ética. E acredito que a Câmara Federal tem que dar o exemplo, porque a manifestação do deputado é

crime tipificado no Código Penal Brasileiro, no art. 213, que diz:

(Passa a ler.)

"Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso."

Fico imaginando aqui, srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, que as mulheres que sofrem estupro, violência física, violência sexual, a exemplo da Maria da Penha que está paraplégica em função do seu ex-companheiro e das milhares de mulheres brasileiras que sofrem violência doméstica é porque merecem, na fala do deputado, é porque merecem.

Então, temos que repudiar e exigir a punição com a perda do mandato, sim, porque liberdade de expressão não combina com incitação à violência, ao ódio, especialmente neste caso ao estupro.

Eu gostaria que todos os parlamentares apoiassem essa nossa manifestação, porque diz respeito à saúde da nossa sociedade brasileira.

Eu sou mãe, mulher e não quero que minhas filhas e meu filho cresçam numa sociedade vendo, deputada Ana Paula, parlamentares incitando a violência contra a mulher.

Muito obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esta Casa há anos cassou um deputado, Paulo Stuart, por não usar uma gravata. Fez esse serviço.

Como é que um deputado federal, eleito para representar brasileiros e brasileiras, para defender a nossa Constituição, no uso da sua prerrogativa como parlamentar - o que temos que fazer aqui é usar a nossa voz em defesa das pessoas em mudanças que não concordamos -, como é que um parlamentar dessa natureza, como Jair Bolsonaro que jurou honrar e respeitar a

Constituição brasileira, faz uma apologia a um crime hediondo como o estupro?

Gostaríamos que a comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados pedisse a cassação do deputado Jair Bolsonaro, porque as mulheres e homens do nosso Brasil não merecem manifestação desse tipo, com apologia a crime que repudiamos, como o estupro.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Padre Pedro Baldissera, também porque concordo com a Frente Parlamentar de deputados, homens, contra a violência à mulher. E v.exa. sempre puxa esse debate que acho absolutamente necessário que não fique restrito apenas ao universo das mulheres, até porque creio que todos nós parlamentares pensemos da mesma forma nesse tocante.

São absurdas as manifestações, a forma de se manifestar do deputado Jair Bolsonaro. Aliás, como já falei antes, ele é militar, assim como eu o sou. Mas temos a capacidade de não estar em acordo em nenhum ponto de vista, ao que eu me lembre, das manifestações daquele parlamentar.

Um parlamentar jamais pode defender uma posição desumana e irracional de absurda e absoluta falta de civilidade. É inaceitável posturas que façam e que recorram sempre a manifestações que incitem a violência ou que fazem referência à violência como forma de resolver algum problema de opinião. Ter opinião divergente é absolutamente necessário em uma sociedade democrática. No entanto, sempre e é comum do deputado Jair Bolsonaro.

Esse é apenas um caso mais esdrúxulo, e muito esdrúxulo, um atentado à humanidade, uma postura humanitária de um ser humano. Mas é comum do deputado Jair Bolsonaro, sempre que diverge de opinião, fazer referência do uso de força e violência para resolver essa diferença de opinião.

Isso é inaceitável, não só em uma sociedade democrática, é inaceitável em qualquer sociedade, porque é o reino da barbárie. O reino da barbárie é quando alguém, para defender a sua opinião ou fazer a sua opinião valer, acredita que sempre deva recorrer à medida de força.

Essa postura já levou a humanidade diversas vezes ao caminho da violência, que hoje em dia nos assusta, devido às violências que já aconteceram no passado, e que não é um passado tão remoto, são violências do último século na história da humanidade.

Agora, as posturas do deputado Jair Bolsonaro nesse caso é mais grave. Mas em todos os casos sempre remete diferença de opinião à minha resposta, à minha forma de dizer como deve ser resolvido o problema.

Isso é inaceitável da parte de um cidadão ou da cidadania, do direito, da necessidade de viver em harmonia ou em sociedade. Não é possível com essa forma de pensamento e postura viver em harmonia em qualquer sociedade. É absurdo e inaceitável que possa se aceitar isso por parte de um parlamentar federal. E valeria para um cidadão municipal e estadual também.

De um dos 513 cidadãos brasileiros que representam a nação, que representam a expressão do povo brasileiro, é inadmissível esse tipo de postura por parte de um deputado federal, também por parte de qualquer ser humano ou de qualquer parlamentar. E não se pode permitir que se continue caminhando nessa direção, porque ao em vez de dizer para a sociedade e para as posturas de manifestações violentas existentes na sociedade, todas elas, em vez de dizer que precisa se construir um caminho de diálogo, de convivência pacífica, inclusive nas relações de diferenças com time de futebol, com a religião, com opinião política, em vez de dizer que a sociedade tem que se civilizar, se humanizar, em vez de convencer, argumentar e combater para prevenir a violência no seio da sociedade, esse tipo de postura acaba incitando mais violência, mais rancor e mais ódio.

Portanto, é inaceitável que esse parlamentar possa continuar sendo parlamentar e tendo uma postura dessa natureza, com essa gravidade para o conjunto da sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Sargento Amauri Soares, continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a moção n. 0110/2014.

Com o mesmo teor, com direcionamento diferente, vem a moção n. 0111/2014, já discutida pela autora, deputada Luciane Carminatti e outros, manifestando ao presidente do Conselho de Ética do Congresso Nacional e ao deputado Jair Bolsonaro repúdio por incitar a violência sexual em plenário, quando se dirigiu à deputada Maria do Rosário, reafirmando posições machistas que provocam violência contra as mulheres brasileiras.

Esta matéria já foi discutida.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença de dois vereadores catarinenses, o sr. Francisco Maciel da Silva, do município de Fraiburgo, que veio cumprimentar os parlamentares desta Casa pela fala em defesa da mulher, e também o sr. Valdir Osmar Guzzi, do Partido dos Trabalhadores da cidade de Calmon, que da mesma forma veio dar parabéns aos deputados desta Casa em apoio a essa moção em defesa do povo brasileiro, de homens e mulheres.

Sejam bem-vindos esses vereadores que se fazem presentes neste momento.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Da mesma forma, sr. presidente, quero registrar a presença em plenário do dr. Matheus Felipe de Castro, que é presidente do PCdoB de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar v.exa., sr. presidente, saudar todas as deputadas e deputados, os vereadores que nos estão fazendo uma visita e as pessoas que estão acompanhando esta sessão.

Sr. presidente, hoje quero trazer a esta tribuna dois assuntos muito breves. O primeiro diz respeito à polêmica que foi novamente colocada sobre o emplacamento de máquinas agrícolas, tratores que vão para as BRs, para as rodovias. É aquela velha polêmica do final do ano passado, início deste ano, e vai e volta, deputados Sargento Amauri Soares e Reno Caramori, ela é colocada novamente na pauta, por incrível que pareça.

Nós fizemos vários debates, inclusive nesta Casa, sobre este tema e tivemos um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, com o deputado gaúcho que regulamentava isso, que tirava essa questão da necessidade do emplacamento, do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran -, mas depois de o projeto aprovado a presidente Dilma Rousseff o vetou porque ele isentava totalmente de registro qualquer máquina, encaminhando ao Congresso Nacional uma medida provisória, aproveitando parte do projeto, com o

seguinte teor: a partir de janeiro de 2015 as novas máquinas que forem adquiridas terão um registro no Denatran.

Portanto, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é da Polícia Militar, quando acontece algum acidente com uma máquina, o guarda rodoviária terá o registro da máquina, para que possa saber quem é o dono, de onde é essa máquina, para que possa fazer a regulamentação. Mas seria somente o registro. É isso que está na medida provisória que a presidente lançou, mas como os deputados não a aprovaram em tempo hábil, ela perdeu a sua validade. O que acontece? Tiveram que voltar àquela resolução do Denatran, em que todas as máquinas têm que ser emplacadas a partir de janeiro do ano que vem. Tem que fazer, inclusive, o emplacamento, como de um carro, por exemplo.

Então, isto cria uma confusão. Agora, precisamos que seja feita uma ação rápida junto à Câmara ou à presidente Dilma Rousseff, no sentido de se fazer uma nova medida provisória, a partir do ano que vem, senão o agricultor irá para a estrada com uma máquina que não estará devidamente emplacada e ele terá problema, pela resolução do Denatran.

Esta, deputado Reno Caramori, é a confusão que está ocorrendo no momento. Como o Congresso Nacional deixou passar o prazo e não votou a medida provisória que colocava somente que a máquina tinha que ter o registro, a presidente vetou o projeto, o que eu concordo, porque acontecem tantos acidentes com máquinas nas rodovias e elas sequer têm o registro do dono das mesmas. Pode morrer pessoas, como já morreram algumas em acidentes.

Isto, na minha avaliação, é justo. Agora, emplacar todos os tratores que vão para as rodovias, inclusive os antigos, fazer o mesmo processo como o do carro, não podemos admitir. Por isso somos contra e aqui, inclusive, apoiamos a moção de autoria do deputado Mauro de Nadal neste sentido. Eu acredito que haja abertura com o governo, a presidente Dilma Rousseff tem essa compreensão, tem toda essa articulação das

entidades, para que nós possamos retirar este tema de pauta.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, realmente nós, como parlamentares, ficamos até constrangidos em dar explicação para a nossa gente do interior, para aqueles que estão sentindo o problema.

Todo esse maquinário, quando sai da fábrica, sai com um número de identificação. Na nota fiscal vai constar esse número com algumas letras. Portanto, ele já tem uma garantia. As autoridades competentes, quando necessário, buscam informação daquela máquina, num possível acidente, como v.exa. citou. Há um número localizado naquela máquina, quer na ceifadeira, na plantadeira, na semeadeira, no trator, ou seja, em qualquer implemento agrícola há um número de identificação. Só que quando propuseram essa lei, no Congresso Nacional, não buscaram as informações devidas no fabricante, no revendedor, para se orientar quanto à identificação da máquina.

Agora, v.exa. já pensou emplacarmos um trator na durabilidade dele, lá na fazenda, um trator que não sai nunca para a estrada e ter que emplacar, renovar emplacamento. Isso não pode acontecer.

Então, temos que achar uma solução para dar garantia de identificação do equipamento, da máquina. Vou dar um exemplo: o ex-presidente da Fiesc sofreu um acidente, vindo a óbito, porque teve um cavalo na pista. Esse cavalo tem que ter um dono, esse cavalo deve ter uma marca na paleta ou na anca. Então, a identificação desse acidente é a marca do cavalo. E em relação à máquina é a mesma coisa. O que não podemos é onerar o nosso pequeno agricultor todo dia.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Exatamente, sr. deputado! Agradeço a v.exa. pelo aparte.

Sobre essa questão, concordamos que tem que ter um registro inicial da máquina, mas depois não precisa todo ano fazer a renovação ou todo o processo. Então, precisamos resolver isso na

próxima semana, para não entrar em 2015 já com essa polêmica não resolvida.

Por último, quero tratar do segundo tema aqui, que é a questão do laboratório de leite de Pinhalzinho. Há uns três anos levantamos uma pauta na região, uma demanda, que foi trazida por lideranças locais, vereadores, empresários, de termos naquela região, que hoje é a maior produtora de leite no estado, um laboratório de análise de leite. E propomos, inclusive, na época, instalar esse laboratório na Udesc, numa entidade pública, num órgão público, numa universidade que tenha o curso de alimentação, de produção de alimentos.

Temos aproveitado vários momentos dialogando com o reitor que nos garantiu que a Udesc entra com a infraestrutura e estrutura, e o governo federal busca os recursos para a compra dos equipamentos para o laboratório.

Temos agora uma informação extremamente importante, do início do mês de dezembro, que os recursos já estão garantidos no ministério da Integração Nacional, que garante a liberação de R\$ 15 milhões e, além da estrutura do laboratório, um projeto de acompanhamento da produção de leite naquela região.

Então, fico muito feliz termos levantado, à época, essa luta junto com a comunidade regional, com as lideranças. E agora vai se tornar realidade esse laboratório de leite, que vai ajudar muito os agricultores que quiserem fazer a análise de leite e também as empresas. Hoje a maioria vai a Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul ou a Curitiba, deputado Reno Caramori.

Essa é uma conquista importante para aquela região que tem o maior parque industrial na área de leite, num raio de 100 quilômetros, desde São Miguel d'Oeste, com a Cooperoeste, a Aurora, em Pinhalzinho, a Piracanjuba, em Maravilha, a Tirol se instalando também em Pinhalzinho, com um grande parque de equipamentos e máquinas da indústria de leite, que vem trazendo desenvolvimento para a região, mantendo os nossos agricultores, gerando

emprego, gerando renda no estado de Santa Catarina.

Infelizmente, tivemos esse fato da falsificação do leite. Alguns queriam vender leite sem ter vaca e criou-se uma situação que hoje já prejudica os nossos agricultores. Esperamos que isso seja uma crise passageira na região, já que nacionalmente não temos uma crise instalada, porque o povo brasileiro continua consumindo leite, cresce o consumo com o salário aumentando, havendo trabalho com o pleno emprego. Mas agora, na região, temos uma crise instalada por causa da falsificação, da adulteração do leite naquelas várias empresas que estão *sub judice*.

Então, é uma grande conquista para a região ter esse laboratório de leite, que era um dos grandes anseios de todo o setor, seja dos agricultores, das entidades, mas também das próprias indústrias do setor.

Essa é uma conquista junto ao governo federal, junto com o ministério da Integração, do encaminhamento da liberação de R\$ 15 milhões para esse laboratório e a cadeia produtiva de leite da região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.